CORREIO DO VALE

POR **ANA LUIZA ROSSI**

DIVULGAÇÃO/PMP



Veículo inaugura primeira etapa de modernização no Centro Histórico

Primeira carruagem elétrica estreia em Paraty neste fim de semana

Foi iniciada o processo de transição oficial ao processo de transição da tração animal para a mobilidade elétrica em Paraty com o recebimento da primeira charrete elétrica da cidade, realizado no último sábado (14). A iniciativa inaugura um novo capítulo para uma das atividades mais tradicionais do Centro Histórico, conciliando a preservação da memória cultural com diretrizes contemporâneas de proteção à fauna e inclusão social. Viabilizado por meio de doação realizada pela empresária paratiense Sabrina, o primeiro veículo elétrico atua como marco operacional para a substituição gradual dos modelos movidos a tração animal. A medida está diretamente respaldada pela Lei Municipal nº 2.692/2026, que instituiu a Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal e estabeleceu parâmetros legais para modernizar a atividade, coibir maus-tratos e estruturar a fiscalização no território.

Deslocamento acessível e silencioso

Além do impacto direto na salvaguarda e no alívio físico dos equinos, a implantação das charretes elétricas cumpre uma relevante função social e urbanística: o veículo amplia a inclusão e o direito de ir e vir ao permitir o deslocamento seguro e confortável de pessoas com mobilidade restrita pelas ruas de calçamento histórico em pé-de-moleque. A transição é conduzida de forma planejada, respeitando as características arquitetônicas da cidade reconhecida pela UNESCO como Sítio Misto do Patrimônio Mundial.

ARQUIVO



Veículo vai permitir deslocamento confortável em ruas de pedra

Resende participa de fórum em Brasília

Representantes da Prefeitura de Resende participaram na última semana do IV Fórum Nacional de Gestores e Gestoras da Política para Pessoa com Deficiência, realizado na sede do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em Brasília. O coordenador de Políticas Públicas para PCDs, Emerson Cunha do Nascimento, acompanhou dois dias de debates e realizou um ato simbólico de assinatura do Termo de Adesão ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite

Iniciativa garante direitos aos PCDs

A assinatura oficial do documento foi realizada pelo prefeito Tande Vieira, formalizando o compromisso de Resende com as diretrizes da iniciativa federal. O Novo Viver sem Limite reúne ações voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, com iniciativas nas áreas de gestão inclusiva, enfrentamento ao capacitismo e à violência, acessibilidade, tecnologia assistiva, saúde, educação e assistência social.

Município estreante

"Foi uma oportunidade de aprender, trocar experiências e também contribuir, compartilhando aquilo que temos desenvolvido em nosso município. Tive a honra de representar Resende no ato simbólico de assinatura do termo. Resende é um dos primeiros municípios do estado a aderir ao plano", destacou Emerson.

Mesa Diretora

Resende também participou do processo eleitoral para a escolha da Mesa Diretora do Fórum, responsável pela condução dos trabalhos no próximo biênio. A atividade integra a estrutura de participação e articulação entre gestores estaduais e municipais, contribuindo para o diálogo e a construção conjunta de políticas públicas.

Reunião de conselho

O Conselho Municipal do Parque da Cidade, em Angra dos Reis, realiza na quarta-feira (18) a última reunião de sua atual composição, que corresponde ao biênio 2025/2026. O encontro conta com o apoio do Instituto Municipal do Ambiente de Angra dos Reis (Imaar) e será realizado no próprio parque, às 9h.

Balanço de ações

Está programado um balanço das ações de 2026 do parque, a discussão sobre metas e objetivos para os próximos anos, um café da manhã, uma visita guiada pelo setor 1 da unidade de conservação e um plantio de mudas nativas da Mata Atlântica. A pauta inclui eventos, iniciativas, capacitação e outras atividades.

Metas e objetivos

Dentre as metas e objetivos para os próximos anos, estão a elaboração do plano de comunicação do parque; a continuidade de projetos em andamento (reflorestamento e monitoramento de fauna, por exemplo); a manutenção das trilhas existente; a inserção do parque em eventos de gestão ambiental e unidades de conservação; e outros.

Sobre o Parque da Cidade

O Parque Natural Municipal da Mata Atlântica, popularmente chamado de "Parque da Cidade", é uma unidade de conservação municipal, gerida pelo Imaar. O Conselho Municipal do Parque da Cidade tem caráter consultivo, composto por representantes do poder público e sociedade. A entrada do parque fica na Estrada Vereador Benedito Adelino.

MARCOS SANTOS/USP



Dados do ISP no Dossiê Mulher 2025 levantou mais de 159 mil vítimas

App de socorro silencioso para mulheres é pauta na Alerj

Projeto da deputada Célia Jordão (PSD) já tem urgência aprovada para votação

Da **Redação**

As mulheres do estado do Rio de Janeiro poderão contar com uma nova ferramenta de proteção em situações de risco. O aplicativo de emergência "Me Ajude", previsto em um projeto de lei apresentado pela deputada estadual Célia Jordão (PSD), permitirá o envio de pedidos de socorro de forma silenciosa e discreta. A medida está estabelecida no Projeto de Lei nº 7.315/2026, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

De acordo com a proposta, o aplicativo deverá ter aparência discreta, com ícone e nome camuflados como ferramentas comuns, a exemplo de calculadoras ou blocos de notas, para evitar que seja identificado por terceiros. O pedido de socorro poderá ser acionado por meio de uma pressão contínua de cinco segundos sobre o ícone, sem a necessidade de abrir telas ou digitar senhas. Durante o acionamento, o dispositivo não deverá emitir sons, vibrações ou notificações visuais que possam revelar a solicitação de ajuda.

Ao ser ativado, o aplicativo enviará automaticamente a mensagem "SOCORRO, ESTOU EM PERIGO" para cinco contatos de confiança previamente cadastrados. A ferramenta também deverá compartilhar a localização da usuária em tempo real, mantendo a atualização do sinal de GPS até que o modo de emergência seja desativado em um ambiente seguro.

Segundo a parlamentar, a ideia surgiu durante uma reunião com cidadãos interessados em contribuir com sugestões de políticas públicas que utilizem a tecnologia em benefício da população.

DADOS ALARMANTES

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), divulgados no Dossiê Mulher 2025, mais de 159 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica e familiar em 2024.

Diante desse cenário, Célia Jordão apresentou um pedido de urgência na tramitação do projeto, com o objetivo de acelerar sua análise e votação na Alerj. Caso seja aprovado pelo Parlamento, o texto seguirá para apreciação do governador.

O projeto já tem urgência aprovada e pode entrar a qualquer momento na Ordem do Dia do Plenário, assim que a Presidência da Alerj pautá-lo para votação.